

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 23

SAIBA MAIS - RN - BLOG
ANFIP

Vice-líder do governo Lula no Congresso, senadora Zenaide Maia quer apoio da bancada feminina para Reforma Tributária

.....3

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Motor do PIB, setor de serviços vai usar sua força para sensibilizar governo na reforma tributária

.....4

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Diretor financeiro da Ambev minimiza receios sobre risco sacado e reforma tributária

.....5

TV SBT - DF - SBT BRASÍLIA 1ª EDIÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo de Trabalho na Câmara quer votar texto da Reforma Tributária.....6

RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - CÂMARA ABERTA
SEGURIDADE SOCIAL

Relator da reforma tributária diz que distribuição da arrecadação do novo IVA será automática

.....7

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Adoção do IVA dual é mais 'viável', defende Haddad.....8

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara pretende votar a reforma tributária em maio (Boletim JR 24H).....10

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo tributará mercado de apostas em jogos eletrônicos.....11

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma tributária aprova cronograma.....12

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frente Parlamentar da Agropecuária teme perdas com reforma tributária.....13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - AGRONEGÓCIO
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNA discute reforma tributária.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da tributária propõe que relatório do GT saia em 16 de maio.....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária traz ganhos para todos.....16

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo de trabalho da reforma tributária espera aprovar PEC até junho..... 18

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - SALVE, SALVE BAND NEWS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economista explica os impactos da reforma tributária..... 19

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - SALVE, SALVE BAND NEWS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados buscam consenso sobre a reforma tributária..... 20

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entidade brasileira quer que big techs paguem por rede 5G; Netflix discorda..... 21

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

IR: Correção da tabela será compensada com tributação sobre jogos eletrônicos, diz Haddad
..... 23

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz ter mais 'simpatia' por regra fiscal simples, mas admite que pode ser voto vencido
..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para levar adiante reforma tributária, Lira inaugura formato na Câmara..... 26

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro defende reforma tributária e nova regra fiscal para viabilizar R\$ 100 bi de investimento
..... 28

RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - COM A PALAVRA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados que estudam a reforma tributária devem fazer audiências nos estados para colher
sugestões
..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alexandre Garcia: Impostos são injustos quando mal cobrados e mal usados..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

CCiF defende IVA nacional e unificado, sem benefícios fiscais..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agronegócio é contra fim de isenção a itens da cesta básica..... 33

Vice-líder do governo Lula no Congresso, senadora Zenaide Maia quer apoio da bancada feminina para Reforma Tributária

Da Redação

A **Reforma Tributária** já é debatida há décadas sem muitos avanços, mas virou foco do governo Lula. A estimativa é de que ela seja aprovada ainda no primeiro semestre deste ano e já tem parlamentar trabalhando por isso. É o caso da senadora potiguar Zenaide Maia (PSD - RN), que passou a integrar o grupo de 15 parlamentares que vai atuar em busca de apoio aos projetos do governo.

A articulação da senadora vai começar, justamente, pela bancada feminina. Em 2023, a bancada feminina na Câmara dos Deputados teve um aumento de 18%, passando de 77 para 91 mulheres, dentre os 513 parlamentares eleitos.

" O diálogo é com todos os parlamentares, começando pela bancada feminina, que representa no Congresso a maioria da população e mais de 45% das chefes de família. Nós, mulheres e homens do parlamento, precisamos dialogar, superar diferenças, ouvir as sugestões que aperfeiçoam as propostas e aprovar os projetos importantes para o Brasil ", defendeu a senadora pelo Rio Grande do Norte.

Pelas propostas em tramitação, a ideia do governo federal é reduzir a carga de **impostos** que acabam sendo pagos indiretamente pela população, já que estão vinculados ao consumo. Pelas Propostas de Emenda à Constituição (PEC's) 45/2019 e 110/2019, seria criado um Imposto Único sobre Bens e Serviços (IBS), que substituiria boa parte dos **tributos** em voga atualmente.

Uma das críticas que economistas fazem ao modelo tributário brasileiro, é a elevada cobrança de **impostos** sobre a faixa da população de menor renda, enquanto aquela de renda mais elevada sofre menor tributação. Pesquisadores do Centro de Cidadania Fiscal, que contribuíram com a elaboração da PEC 45, estimam que o Produto Interno Bruto (**PIB**) aumente até 20% em 15 anos com a aprovação da proposta. Atualmente, a **legislação tributária** garante isenção de até R\$ 400 bilhões por ano para algumas empresas, segundo a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**.

" A **reforma tributária** é importantíssima para toda a sociedade. Eu defendo uma reforma com justiça tributária, que cobre menos imposto de quem ganha menos e cobre mais de quem ganha mais. Sempre defendi a taxação de lucros e dividendos, adoção da progressividade na cobrança de **impostos**, fim da isenção à indústria de agrotóxicos e cobrar menos imposto no consumo - não é justo que eu, como senadora, pague o mesmo imposto numa lata de leite em pó que uma pessoa que ganhe um salário mínimo ", argumenta Zenaide Maia.

Além da **Reforma Tributária**, outros pontos que devem entrar em pauta nos próximos meses, segundo a senadora, é a redução de juros, além da retomada dos investimentos em projetos para geração de emprego e renda.

Site: <https://saibamais.jor.br/2023/03/vice-lider-do-governo-lula-no-congresso-senadora-zenaide-maia-quer-apoio-da-bancada-feminina-para-reforma-tributaria/>

Motor do PIB, setor de serviços vai usar sua força para sensibilizar governo na reforma tributária

Por Ana Carolina Diniz

O setor de Serviços recuperou a queda na pandemia e cresceu 4,2% em 2022, acima do **PIB**, que ficou em 2,9% ante 2021. No entanto, assim como as projeções para o **PIB**, o setor já começa a dar sinais de desaquecimento este ano. A projeção da Confederação Nacional de Serviços é um crescimento de 1% este ano, com um primeiro semestre fraco e com algum tipo de recuperação no segundo semestre.

A grande preocupação do setor atravessa a **inflação** e juros altos e passa pela proposta de **reforma tributária** defendida pelo governo. Como em toda mudança, os setores reclamam de uma possível maior oneração, mas, no caso do setor de serviços, os interlocutores apostam na força do segmento para sensibilizar o governo: o setor emprega 75% da mão de obra nacional e representa 70% do **PIB**.

Segundo o presidente da Confederação Nacional de Serviços, Luigi Nese, com a criação de um patamar único para o IVA, o setor deixaria de pagar cerca de 4,65% sobre o faturamento para 25%.

Nese afirmou que já teve contato com membros do governo, mas ainda não participou de nenhuma reunião. Está apostando neste grupo de trabalho para discutir a **reforma tributária** criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. A proposta levada pelo setor é a desoneração da folha de pagamento:

- Sem a desoneração da folha, não vejo condição de viabilizar a **reforma tributária** do jeito que está colocada. Se querem prejudicar um setor que está dando emprego e crescendo, teremos um problema seríssimo. É uma forma de suicídio: como vai prejudicar um setor que está andando, empregando, crescendo?

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/03/motor-do-pib-setor-de-servicos-vai-usar-sua-forca-para-sensibilizar-governo-na-reforma-tributaria.ghtml>

Diretor financeiro da Ambev minimiza receios sobre risco sacado e reforma tributária

O diretor financeiro da Ambev, Lucas Lira, afirmou nesta quinta-feira que a empresa segue focada em conseguir superar desempenho que obteve no Brasil em 2022 e recuperar operações no exterior impactadas por inflação, clima desfavorável e competição.

Lira, junto com o presidente-executivo, Jean Jereissati Neto, procuraram minimizar receios do mercado sobre eventuais impactos na Ambev decorrentes da crise da Americanas logo no início de suas falas durante conferência com analistas, embora não tenham mencionado o nome da varejista em seus comentários iniciais. Ambas as empresas têm entre seus principais acionistas os bilionários Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles.

Não apoiamos transações de risco sacado, quando fazemos é exceção... Os valores envolvidos são imateriais e isso não é uma questão para nós , disse Lira em inglês.

Ele se referiu às operações que foram o ponto focal das revelações de problemas contábeis de pelo menos 20 bilhões de reais na Americanas no início deste ano, que levaram a rede de varejo a entrar em recuperação judicial e que chegaram a impactar o valor das ações da companhia de bebidas.

Lira também afirmou que a Ambev vai procurar alternativas para um eventual fim da desoneração tributária sobre o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) nos planos de **reforma tributária** do governo. Se o JCP não for mais dedutível, vamos procurar medidas alternativas para mitigar.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Diretor financeiro da Ambev minimiza receios sobre risco sacado e reforma tributária

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/diretor-financeiro-da-ambev-minimiza-receios-sobre-risco-sacado-e-reforma-tributaria,719bed86b70eb43a5c6a9084ba196a6bxwh8uaae.html>

Grupo de Trabalho na Câmara quer votar texto da Reforma Tributária

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/03/02/TVSBTDF-12.31.43-12.33.53-1677773344.mp4>

Relator da reforma tributária diz que distribuição da arrecadação do novo IVA será automática

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/02/RDIOCMARAFM969DF-07.39.53-07.43.47-1677768319.mp3>

Adoção do IVA dual é mais 'viável', defende Haddad

Por Estevão Taiar e Edna Simão - De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual "é mais viável" do que a de um IVA único. Ele lembrou que essa é uma das principais decisões a serem tomadas a respeito da **reforma tributária**. Os dois principais textos que formarão a reforma - propostas de emenda à Constituição (PEC) 45 e 110 - têm como base a implantação de um IVA. Mas somente a 110 propõe o IVA dual, com um imposto para União e outro para Estados e municípios.

Em entrevista ao UOL, Haddad também afirmou que "tem mais simpatia" por uma nova regra fiscal que seja "simples, objetiva e que mostre a trajetória" das contas públicas prevista "para os próximos anos". "Mas posso ser voto vencido", afirmou. Ele disse que há outros grupos que defendem uma regra fiscal "mais detalhada", mas não revelou se esses grupos estão dentro do governo.

Outro ponto revelado pelo ministro foi que o governo "vai regulamentar jogos na internet", referindo-se a sites de apostas eletrônicas. Segundo Haddad, essa será uma das formas de compensar o impacto fiscal causado pelo aumento da isenção do Imposto de Renda (IR). Haddad disse que o tema já foi tratado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que "é a favor" da tributação.

Um segundo assunto que "está na ordem do dia" de Lula é o acordo entre Mercosul e União Europeia, segundo o ministro. "Tratei desse assunto no [encontro dos ministros de Finanças do] G-20, tenho despacho com o presidente Lula para tratar do que ouvi.

Na avaliação de Haddad, a "bola está mais com os europeus do que com a gente" e "envolve questões internas dos países".

O ministro disse que mudar a política de preços da Petrobras é algo que "não se resolve em duas semanas" e que "exige estudo". Atualmente, a empresa segue o preço de paridade de importação (PPI), que leva em conta a cotação do petróleo no mercado internacional e o câmbio. Ele voltou a defender que a petrolífera adote uma postura de maior "transparência".

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Adoção do IVA dual é mais 'viável', defende Haddad

Site:

**[https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/02/adocao-
do-iva-dual-e-mais-viavel-defende-haddad.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/02/adocao-do-iva-dual-e-mais-viavel-defende-haddad.ghtml)**

Câmara pretende votar a reforma tributária em maio (Boletim JR 24H)

Boletim JR 24H

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

O grupo de trabalho que discute a proposta de **reforma tributária** na Câmara dos Deputados definiu nesta quarta (1^o) o plano de trabalho para as próximas semanas. Ficou decidido que, além de audiências públicas e reuniões administrativas, também vão ser agendados encontros nos estados para ouvir as demandas dos setores produtivos. Os trabalhos vão ser realizados pelos próximos setenta e cinco dias, prazo que pode ser prorrogado.

Site: <http://noticias.r7.com/jr-24h/boletim-jr-24h/videos/camara-pretende-votar-a-reforma-tributaria-em-maio-02032023>

Governo tributarará mercado de apostas em jogos eletrônicos

Nathalia Garcia

Ministério da Fazenda ainda calcula potencial de arrecadação do setor

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende compensar a perda de arrecadação com a atualização da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda (IR) tributando o mercado de apostas esportivas em jogos eletrônicos.

"Vamos regulamentar (os jogos da internet). Nós reajustamos a tabela do IR, e isso tem uma perda pequena de arrecadação, mas tem. Nós vamos compensar com a tributação sobre esses jogos eletrônicos que não pagam nenhum imposto e levam uma fortuna de dinheiro do país", disse Haddad.

De acordo com o titular da pasta econômica, a regulamentação do segmento será feita ainda no mês de março e conta com o aval do presidente Lula. "A gente manda (a regulamentação) para a Casa Civil e obviamente que serão chamados os ministérios envolvidos, mas é uma prerrogativa da Fazenda. Já falei com o presidente sobre isso, e ele é a favor. Jogo no mundo todo é tributado", afirmou.

Segundo Haddad, o Ministério da Fazenda ainda calcula o potencial de arrecadação ao taxar o mercado de jogos eletrônicos e tem se deparado com projeções divergentes. No entanto, o chefe da pasta econômica estima que seja "algo na ordem de bilhões, não muitos, mas alguns", estimou.

sem convergência. "Os números estão variando muito. Esse é um dos problemas que nós temos internamente para apurar melhor. Tem duas secretarias trabalhando no assunto, a **Receita Federal** e a Secretaria de Reforma Econômica para fazer a estimativa de arrecadação, e os números não estão convergindo. O modelo está pronto, mas é preciso uma estimativa um pouco mais precisa. E as estimativas não estão convergentes", acrescentou.

Em 16 de fevereiro, o presidente Lula confirmou que a isenção do IR será concedida a quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640) -o que fará com 13,7 milhões de contribuintes não precisem pagar imposto. Segundo cálculos do governo, a correção da tabela do

IR vai gerar uma renúncia de receitas da ordem de R\$ 3,2 bilhões neste ano e cerca de R\$ 6 bilhões em 2024. O presidente disse também que em algum momento, gradativamente, a correção chegará a R\$ 5.000 - uma promessa de campanha do petista.

A elevação da faixa de isenção do tributo para até R\$ 5.000 pode custar mais de R\$ 100 bilhões, o que complica a tarefa para a equipe de Haddad - inclusive para desenhar medidas compensatórias a fim de evitar um buraco tão grande nas contas públicas.

Sem reajuste na tabela desde 2015, os contribuintes com renda tributável mensal superior a R\$ 1.903,98 por mês pagam IR.

Banco Central

Autonomia. Fernando Haddad afirmou ontem que a autonomia do Banco Central, aprovada durante o governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, é incontornável no curto e médio prazos. "Não vejo ânimo do Congresso de rever (autonomia)", disse em entrevista ao UOL.

IVA dual é mais viável, afirma Fernando Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que, nas discussões que envolvem a **reforma tributária**, há um pensamento majoritário de que a implementação de um Imposto de Valor Agregado (IVA) dual é mais viável. Haddad disse estar com a agenda livre para a reforma e disponível para desatar nós. Apesar do consenso em torno da necessidade de avançar com a pauta, existem pressões de diferentes segmentos, Estados e municípios acerca do texto.

A ideia do governo é fazer uma espécie de fusão entre a PEC 45, da Câmara, e a PEC 110, que tramita no Senado. A primeira substitui cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um imposto sobre bens e serviços e um imposto seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas. A 110 propõe um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, sendo um para União e outro para entes subnacionais.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Grupo da reforma tributária aprova cronograma

LUCYENNE LANDIM

O grupo de trabalho responsável por analisar a proposta de reforma tributária na Câmara dos Deputados aprovou ontem o cronograma de atividades do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O documento é um roteiro para guiar as atividades. O plano de trabalho informa que um texto alternativo ao projeto será apresentado em 16 de maio.

Na próxima terça-feira, o grupo receberá para o debate o secretário extraordinária da reforma tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

O ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA), que foi relator de outra proposta de reforma tributária em debate no Senado, participará na quarta-feira também com a presença de Appy. A intenção dos deputados é encontrar convergências entre os textos para avançar na pauta, alvo de entraves para aprovação.

Outras autoridades, como as ligadas aos ministérios que compõem a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), serão convidadas para exposições em audiências públicas. Também serão feitas reuniões com entidades da sociedade civil, assim como com profissionais, juristas e autoridades relacionadas ao assunto tributário.

A ideia é que o grupo tenha discuta em cada semana uma perspectiva da reforma, de forma a tentar equilibrar as demandas e necessidades de cada setor.

Em meio à apresentação do cronograma, alguns parlamentares defenderam a criação de uma comissão especial sobre o tema, depois do fim das atividades do grupo de trabalho, semelhante a outra que já funcionou no Congresso Nacional. O tema, no entanto, conta com resistência da cúpula que debate a pauta, que defende a votação diretamente no plenário, que reúne os 513 deputados, na intenção de finalizar o debate.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Frente Parlamentar da Agropecuária teme perdas com reforma tributária

Reportagem Local O grupo de trabalho da **reforma tributária** se reúne na tarde desta quarta-feira (10) com a Frente Parlamentar da Agropecuária para ouvir sugestões sobre a proposta, na primeira reunião, ocorrida na terça-feira, o presidente da frente, deputado Pedro Lupion (PP-PR), disse que o setor não pode ser prejudicado no momento da unificação dos **tributos** sobre o consumo. Ele criticou a visão de que há subtributação no setor. "Nós pagamos e pagamos bastante imposto. A nossa preocupação não é a questão de não querer pagar imposto, é que a gente tenha a proporcionalidade que o setor merece", ponderou.

A fixação de uma alíquota única para todos os setores produtivos pode fazer com que cadeias produtivas menores sejam mais oneradas. Lupion disse que os produtores brasileiros são bastante tributados e não têm os subsídios dados em outros países como os europeus. Ele colocou em dúvida o mecanismo da reforma que promete compensar **tributos** pagos em fases anteriores de maneira imediata.

O relator do grupo de trabalho, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), reafirmou que dificilmente haverá consenso em torno da **reforma tributária**, pois sempre haverá setores com alguma perda. Ele acredita, entretanto, que no médio prazo, todos vão ganhar com a redução dos custos de produção.

De acordo com o coordenador do grupo, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a ideia é promover audiências públicas nos estados. Lopes citou, por exemplo, a necessidade de uma audiência na Zona Franca de Manaus. (Com informações da Agência Câmara de Notícias)

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/folha-de-londrina>

CNA discute reforma tributária

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, participou de uma reunião e de um almoço com integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para discutir as propostas de **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional nesta terça-feira (28).

O encontro aconteceu na sede da CNA e teve a presença do relator do grupo de trabalho sobre o tema na Câmara, Aguinaldo Ribeiro, do coordenador do grupo, Reginaldo Lopes, do presidente da FPA, Pedro Lupion, além de deputados e senadores ligados ao agro, lideranças e representantes do setor produtivo.

Martins afirmou que a **reforma tributária** é uma necessidade para o País se modernizar e que a CNA trabalha "na construção de uma reforma justa, que possibilite a simplificação do sistema sem aumentar a carga tributária". A entidade, segundo ele, está à disposição dos parlamentares para contribuir com os debates sobre o tema.

O relator Aguinaldo Ribeiro falou sobre a necessidade de mudar o atual sistema tributário e construir um texto em que todos sejam beneficiados. Na avaliação dele, é preciso uma harmonia entre Câmara e Senado para se avançar nas discussões sobre a proposta.

Já o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion, defendeu o debate sobre o tema e ressaltou que o agronegócio não pode ser prejudicado na reforma com um aumento de carga tributária ou com outras medidas que prejudiquem o setor.

A CNA vem fazendo alertas sobre alguns pontos que constam nas propostas que estão no Congresso Nacional e que podem prejudicar os produtores rurais, tirar a competitividade do setor, provocar insegurança jurídica e elevar os preços dos alimentos para a sociedade.

No documento "O que esperamos dos próximos governantes", a CNA faz considerações sobre a **reforma tributária** e apresenta as propostas que seriam pertinentes para o tema (CNA).

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Relator da tributária propõe que relatório do GT saia em 16 de maio

Raphael Di Cunto De Brasília

Relator da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) sugeriu nessa quarta-feira (1o) que a proposta do grupo de trabalho sobre o projeto fique pronto em 16 de maio. "Este não é o texto da **reforma tributária**, é o relatório sobre a conclusão do grupo de trabalho", ressaltou, ao apresentar o plano de trabalho aos demais parlamentares.

Antes dessa apresentação, ocorrerão audiências públicas com os diversos segmentos afetados pela proposta e um seminário entre os dias 8 e 12 de maio para explicar a reforma a todos os deputados e senadores. O relator destacou que o ato que criou o GT previu a duração de 90 dias, mas que, por conta do feriado de Carnaval, só restam 75 dias.

As primeiras audiências, na próxima semana, serão para apresentação das duas propostas de emenda constitucional (PECs) em discussão: a 45, que cria um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único, e a 110, que estabelece um IVA Dual (com uma alíquota federal e outra para Estados e municípios). Em ambos os casos, serão extintos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS e a arrecadação será no local de destino.

Ribeiro apresentou o plano de trabalho aos demais integrantes do grupo e sugeriu que as audiências públicas ocorram as terças-feiras e quartas-feiras. Na manhã de terça-feira, uma reunião administrativa, fechada, serviria para ouvir os integrantes do grupo e da equipe econômica. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dispôs-se a receber os parlamentares uma vez por semana para tratar de cada ponto.

As audiências públicas também terão como tema os modelos internacionais, o impacto em cada setor da economia e nos Estados e municípios, e a economia digital e a economia verde. O nome dos participantes ainda será discutido entre os integrantes, mas alguns já estão indicados, como o secretário especial da **reforma tributária**, Bernard Appy, e ex-parlamentares que estavam envolvidos na discussão.

Apesar do início dos debates, deputados se queixaram da falta de definição de pontos centrais da proposta por parte do governo. Os três deputados do Amazonas que fazem parte do GT se reuniram com Appy.

Segundo relatos, ele foi questionado, por exemplo, sobre como funcionaria o sistema de devolução dos **impostos** ("cashback") para a população mais carente, modelo que substituiria a desoneração da cesta básica, mas evitou antecipar detalhes do projeto.

O deputado Saullo Vianna (União Brasil-AM) afirmou que Appy não aprofundou a discussão sobre esses temas. "A sensação que fiquei é que eles já sabem o que vão propor, mas não quiseram antecipar para não gerar polêmica", disse. As preocupações da bancada do Amazonas, afirmou, são principalmente duas: a perda de receita tributária do Estado com a mudança da arrecadação da origem para o destino de consumo e o fim dos benefícios fiscais da zona franca, que poderia levar ao fechamento das empresas do polo industrial.

O deputado Sidney Leite (PSD-AM) disse que a bancada saiu do encontro sem garantias. "A Zona Franca de Manaus gera 110 mil empregos diretos. É um modelo exitoso", afirmou. "Há uma desigualdade regional muito grande, principalmente no que diz respeito à indústria. Não há hipótese de aceitarmos o fim do polo industrial", comentou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1§ion=1>

Reforma tributária traz ganhos para todos

OPINIÃO Bernard Appy secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

A **reforma tributária**, tema central da política econômica do governo que está se iniciando, deverá ser implementada em duas etapas. A primeira delas - objeto deste artigo - tem como foco os **tributos** sobre o consumo de bens e serviços (PIS, Co fins, IPI, ICMS e ISS). Na segunda será proposta a reforma da tributação da renda. O objetivo dessas mudanças é fazer o Brasil crescer mais e, simultaneamente, reduzir as desigualdades sociais e regionais.

A reforma da tributação do consumo está em discussão no Congresso desde 2019, por meio das PECs (propostas de emenda à Constituição) nº 45, da Câmara, e nº 110, do Senado. As duas propostas - que, em suas versões mais recentes, têm muito mais similaridades do que diferenças - resolvem uma série de problemas que fazem o sistema tributário brasileiro ser um dos mais caros, complexos, injustos e ineficientes do mundo.

A correção dessas distorções tem um efeito muito positivo sobre o crescimento do país, o que faz com que todos sejam beneficiados: cidadãos, empresas e governos nas esferas federal, estadual e municipal. Com a **reforma tributária**, todos são beneficiados, mas ganham sobretudo as pessoas mais pobres e as regiões menos desenvolvidas do país.

Partindo da discussão já bastante avançada das PECs 45 e 110, a função do governo será a de apoiar os deputados e senadores na construção da melhor reforma possível dos **tributos** sobre bens e serviços. Mas quais são as características dessas propostas de **reforma tributária** que fazem com que elas tenham um impacto tão positivo no crescimento e ainda reduzam desigualdades?

A primeira dessas características é uma enorme simplificação de nosso sistema tributário. As duas propostas consolidam os diversos **tributos** que incidem atualmente sobre bens e serviços em um ou dois **impostos** sobre o valor adicionado, com legislação nacionalmente uniforme e regras simples e homogêneas.

Supera-se, assim, o verdadeiro caos normativo em que o país se meteu com as diferentes legislações federais (IPI, PIS e Cofins) incidindo conjuntamente com 27 distintos regulamentos estaduais de ICMS e com uma infinidade de normas de ISS, editadas pelos

milhares de municípios brasileiros.

A superação desse cenário infernal em que operam as empresas no Brasil resulta na redução de litígios e de custos burocráticos para as empresas, melhorando o ambiente de negócios e permitindo a redução de preços para os consumidores finais.

Mas a reforma faz muito mais que isso.

Por um lado, as PECs 45 e 110 preveem a devolução parcial do imposto pago pela população de baixa renda, de forma progressiva, através de um mecanismo de cashback. Desse modo, a reforma, que contempla a todos, acaba sendo mais benéfica para a parcela mais vulnerável da sociedade.

Por outro lado, pela primeira vez na história da tributação brasileira, a não cumulatividade na tributação de bens e serviços será plena. As empresas passarão a recuperar a totalidade dos créditos relativos aos insumos adquiridos, viabilizando a desoneração integral das exportações e dos investimentos.

Reduz-se, assim, o chamado "custo Brasil", ampliando a competitividade do produto nacional no mercado interno e no exterior, com todos os ganhos que daí advêm em termos de emprego, renda e crescimento econômico.

A recuperação integral dos créditos também acaba com as intermináveis discussões sobre quais insumos produtivos conferem e quais não conferem créditos aos contribuintes, que têm sobrecarregado nossos tribunais judiciais e administrativos.

Para que a não cumulatividade seja efetivamente plena, é essencial que a tributação incida sobre uma base ampla de bens, serviços e intangíveis, como proposto nas PECs 45 e 110. Supera-se, dessa forma, a artificial e anacrônica separação entre a tributação de bens e serviços, que não existe mais em nenhum país economicamente relevante e é geradora de complexidade e de conflitos de competência entre os entes da Federação.

A **reforma tributária** também cuida de reconstruir o federalismo brasileiro, muito machucado pelo sistema atual. Nesse sentido, as PECs 45 e 110 preveem a atribuição da totalidade da receita tributária ao estado e ao município de destino, onde efetivamente ocorre o consumo do produto ou do serviço, ou seja, onde está

estabelecido o cidadão consumidor, que demanda serviços públicos.

A tributação no destino corrige uma distorção histórica do sistema tributário atual, por meio da qual se opera uma transferência de recursos das regiões mais pobres (consumidoras) para as regiões economicamente mais desenvolvidas (produtoras). Todas as unidades da Federação serão favorecidas pelo maior crescimento da economia, mas, com a adoção do princípio do destino, os estados e municípios de menor renda serão os que mais se beneficiarão.

As PECs 45 e 110 também asseguram a plena autonomia da União, dos estados e dos municípios na definição da alíquota básica do imposto a ser aplicada em seus respectivos territórios. A sociedade local terá a prerrogativa de, por meio dos seus representantes no Legislativo, discutir a tributação sobre seu consumo e a alocação dos recursos arrecadados.

Adicionalmente, para financiar a política de desenvolvimento dos estados de menor renda, propõe-se a instituição de um Fundo de Desenvolvimento Regional, que substituirá, com total transparência e de forma mais eficiente, a política atual baseada na concessão de benefícios e na "guerra fiscal" que vem minando o federalismo brasileiro.

Em paralelo, as duas PECs preveem a manutenção de benefícios para a Zona Franca de Manaus, visando garantir a geração de emprego e renda na região.

Tudo isso é feito sem aumentar a carga tributária. O que a reforma faz é tornar transparente para o contribuinte o total do imposto pago na cadeia de produção e comercialização dos bens e serviços que está adquirindo - o que é impossível no complexo e distorcido sistema atual. Assim, promove-se a cidadania fiscal, aproximando o cidadão, pagador do imposto, do ente governamental que usa os recursos arrecadados no financiamento das políticas públicas.

Em suma, a **reforma tributária**, nos moldes propostos nas PECs 45 e 110, é uma das medidas mais importantes na construção de um sistema mais justo e mais eficiente, beneficiando a todos, mas, sobretudo, as famílias de menor renda e as regiões menos desenvolvidas do nosso Brasil.

[...] A reforma torna transparente para o contribuinte o total do imposto pago na cadeia de produção e comercialização dos bens e serviços que está adquirindo - o que é impossível no complexo e distorcido sistema atual

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50203>

Grupo de trabalho da reforma tributária espera aprovar PEC até junho

*Publicado em 01/03/2023 - 19:43 Por Pedro
Lacerda - Repórter da Agência Brasil - Brasília*

O grupo de trabalho (GT) responsável pela **reforma tributária** na Câmara dos Deputados apresentou, nesta quarta-feira (1º), o cronograma de trabalho para que o relatório final da PEC seja apresentado até maio.

Segundo o relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a Casa deve trabalhar pela promulgação do texto da PEC ainda em junho, antes do recesso parlamentar. O que nós estamos fazendo nesse GT é buscar construir convergências e sugestões para que possamos apresentar o relatório na segunda quinzena de maio, afirmou Ribeiro.

O relator da Proposta de Emenda à Constituição disse que pretende fazer um amplo debate antes de levar o texto para votação em plenário. É fundamental esse alinhamento, esse nivelamento para que toda a sociedade conheça esse debate e, em especial, os membros do grupo de trabalho. Vamos detalhar os impactos desta reforma sobre os **impostos** do consumo para beneficiar toda a sociedade brasileira, disse Ribeiro.

Entre os objetivos da **reforma tributária** estão o aumento de renda e a geração de empregos, explicou o relator. O Brasil precisa de um sistema tributário, simples, transparente, que tenha segurança jurídica e que seja regressivo, para que os mais pobres não paguem tanto imposto, em detrimento do rico que acaba pagando menos.

Após o encontro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), telefonou para deputados integrantes do grupo de trabalho e confirmou a intenção de votar, em plenário, a PEC da **reforma tributária** até meados de maio. O grupo deve discutir as PECs 45 e 110, ambas com o objetivo de simplificar a tributação sobre o consumo e unificar **impostos**.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-03/grupo-de-trabalho-da-reforma-tributaria-espera-aprovar-pec-ate-junho>

Economista explica os impactos da reforma tributária

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/01/RDIOBANDNEW
SFM905DF-16.11.25-16.25.01-1677705447.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/01/RDIOBANDNEW
SFM905DF-16.11.25-16.25.01-1677705447.mp3)**

Deputados buscam consenso sobre a reforma tributária

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/01/RDIOBANDNEW>
*SFM905DF-16.09.06-16.09.58-1677705368.mp3***

Entidade brasileira quer que big techs paguem por rede 5G; Netflix discorda

Colaboração para Tilt, em São Paulo; de Tilt, em Barcelona

Em queda de braço com as empresas de telecomunicação em diferentes países, a Netflix se recusa a contribuir para o financiamento da infraestrutura de internet - como a rede 5G. A posição foi reforçada pela fala de Greg Peters, segundo homem mais poderoso da empresa, no MWC (Mobile World Congress, evento de tecnologia móvel que acontece nesta semana em Barcelona.

No Brasil, o entendimento da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) é o contrário: as big techs (como Google, Meta, Netflix) devem arcar com a parte dos gastos de infraestrutura. Diante de discussões recentes sobre a **reforma tributária**, especula-se que o Congresso e o governo possam trazer essa questão de responsabilidade para o debate.

Há uma necessidade de mais e mais infraestrutura, cabeamentos, fibra, e isso tem um custo muito elevado. Eu fui senador, as normativas brasileiras exigem das empresas de telecomunicação essa infraestrutura. Mas os maiores usuários dessa infraestrutura, e estou falando das big techs, não pagam nada, disse o presidente da entidade, Jorge Viana, durante o MWC.

À medida em que os avanços tecnológicos como a inteligência artificial, realidade aumentada e o 5G vão se tornando mais comuns, cresce o debate sobre como sustentar essa guinada da indústria. Existe um temor de que a infraestrutura precisará ser expandida drasticamente nos próximos anos, daí a polêmica sobre quem deve pagar por isso.

Thierry Breton, comissário para o mercado interno da União Europeia, abriu o MWC falando sobre como as redes da Europa não estão totalmente preparadas para o que chamou de crescimento massivo de tráfego graças aos serviços de streaming de vídeo, como a Netflix, e a outras experiências imersivas.

Em seu discurso, Breton defendeu que o financiamento para a infraestrutura deveria envolver todos os atores desse ecossistema, incluindo as big techs, como o Google, a Meta e a Netflix. Os serviços oferecidos por essas empresas são, afinal, a principal

causa para o aumento da demanda de internet.

O pensamento foi ecoado por José María Álvarez-Pallete, chefe-executivo da empresa espanhola de telecomunicações Telefónica, que participou da conversa de abertura com Breton.

Álvarez-Pallete mencionou a expressão fair share (divisão justa) para dizer que o financiamento não deveria vir apenas das operadoras de telecom, como é atualmente.

De acordo com Peters, da Netflix, se empresas que criam conteúdo forem forçadas a custear a infraestrutura, por meio de taxaço, isso terá um efeito adverso.

[A medida] Reduziria o investimento em conteúdo, o que atinge as comunidades criativas locais, afirmou o executivo. Atinge a atratividade dos pacotes de banda larga mais caros. E, no fim das contas, atinge o consumidor.

Para ele, o aumento da demanda por internet não causa aumento de custos para o tráfego de dados. Ele disse ainda ter tido a mesma conversa com agentes reguladores de comunicação da Europa há dez anos, mas que a última década mostrou que o aumento do uso da internet é, na verdade, uma grande oportunidade.

Em sua fala, está a ideia de que, ao aumentar a procura por bons serviços de banda larga, a Netflix já está ajudando a sustentar o mercado.

Além disso, a Netflix estaria fazendo a sua parte ao investir mais de US\$ 60 bilhões (R\$ 312 bilhões) em criação de conteúdo. Isso é o equivalente a praticamente 50% da nossa receita em todo esse período. Esse é o papel que temos em criar conteúdo melhor e mais variado, levando mais pessoas a buscarem pagar por melhores serviços de banda larga.

Para o executivo, as margens operativas de sua empresa e de outras plataformas de distribuição de conteúdo são significativamente mais baixas que as da British Telecom ou as da Deutsche Telekom [teles do Reino Unido e da Alemanha, respectivamente], razão pela qual são elas que devem compensar as

empresas que criam conteúdo.

Em entrevista à imprensa no MWC, Jorge Viana, da Apex, mostrou alinhamento ao pensamento das teles e das autoridades europeias.

Viana afirmou que esse seria o único jeito de universalizar o acesso à internet num país continental como o Brasil. Em seu argumento, ele fez uma comparação com o tráfego de veículos: tem quatro pistas em uma autoestrada, eles [big techs] usam três, a gente fica amontoado em uma, eles ganham muito dinheiro e não pagam pedágio.

Eu acho que, agora, na **reforma tributária** que for feita, se não for trabalhada essa questão [da infraestrutura] como essencial para a vida do país, para a modernidade, para a inclusão digital, não vai ter jeito. E isso para mim só tem uma solução, disse, em relação ao financiamento compartilhado com as empresas gigantes de tecnologia.

Tem que ser uma política de ganha-ganha, mas com o maior usuário também colaborando e pagando pelo uso da infraestrutura, acrescentou.

*Marcella Duarte viajou para o MWC a convite da Huawei

Site:

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/03/01/nao-vamos-pagar-diz-netflix-em-polemica-com-setor-de-telecom-e-no-brasil.htm>

IR: Correção da tabela será compensada com tributação sobre jogos eletrônicos, diz Haddad

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira, 1º, que o governo irá compensar a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) com a taxação de jogos eletrônicos. Ele não foi claro se essa tributação incluirá o mercado de apostas virtuais e os chamados e-sports.

Vamos compensar a pequena perda de arrecadação com a tabela do IR com a tributação sobre esses jogos eletrônicos que não pagam nenhum imposto e levam uma fortuna de dinheiro do País, afirmou, em entrevista ao UOL. Jogo mundo inteiro é tributado e no Brasil não é, acrescentou.

Segundo Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu aval para a medida. Vamos regulamentar em março, vamos mandar para a Casa Civil, adiantou. Estamos fazendo a estimativa de arrecadação e os números não estão convergindo. O modelo está pronto, mas precisamos de uma estimativa mais precisa. Mas é coisa da ordem de bilhões de reais, não muitos, mas alguns, projetou.

A **Receita Federal** prevê que 13,7 milhões de contribuintes pessoas físicas deixarão de pagar o IR com as novas regras de correção da tabela. Quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640) ficará livre de pagar o imposto.

Para atender a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de iniciar a correção da faixa de isenção, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desenhou um modelo que mitiga o impacto da medida nas contas públicas. A perda de arrecadação será de R\$ 3,2 bilhões em 2023 (maio a dezembro) e de R\$ 6 bilhões no ano que vem, de acordo com a Receita. Os números contrastam com a previsão do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), que previu uma perda de receitas de R\$ 14 bilhões em 2023.

Haddad queria que as mudanças na tabela só ocorressem em 2024, junto com a **reforma tributária**. No início do governo, o ministro chegou a declarar que não haveria correção da tabela em 2023. Mas a pressão da ala política, diante da reação negativa dos

contribuintes, acabou levando o presidente Lula a decidir começar a correção ainda neste ano. Lula prometeu na campanha corrigir a faixa de isenção para R\$ 5 mil.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/imposto-de-renda/ir-correcao-da-tabela-sera-compensada-com-tributacao-sobre-jogos-eletronicos-diz-haddad,0405c5a608ffe564a5b1dd2691d4ac6aood8t8yk.html>

Haddad diz ter mais 'simpatia' por regra fiscal simples, mas admite que pode ser voto vencido

01/03/2023 11h48 Atualizado há 28 minutos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que "tem mais simpatia" por uma nova regra fiscal que seja "simples, objetiva e que mostre a trajetória" das contas públicas prevista "para os próximos anos". "Mas posso ser voto vencido", afirmou.

Em entrevista ao vivo concedida para o UOL, ele disse que há outros grupos que defendem uma regra fiscal "mais detalhada". Haddad não revelou se esses grupos estão dentro do governo ou não.

O ministro ainda disse que "pode ser que" a nova regra fiscal seja apresentada antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), mas lembrou que essa é uma decisão que cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

- Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O ministro da Fazenda indicou que a implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual "é mais viável" do que a de um IVA único. Ele lembrou que essa é uma das principais decisões a serem tomadas na **reforma tributária**, que segundo Haddad será realizada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

"O Brasil vai ser novo depois dessa reforma", disse. Segundo o ministro, a reforma "é muito necessária porque vai superar insegurança jurídica e litigiosidade, vai dar transparência, reindustrializar, desonerar mais pobres, inclusive no consumo".

Haddad relatou que disse ontem aos integrantes do grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para tratar do tema que está "livre" para conversar com eles sempre que necessário. Também afirmou que Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foram os responsáveis pela transição de governo, em crítica ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/01/haddad->

***diz-ter-mais-simpatia-por-regra-fiscal-simples-mas-
admite-que-pode-ser-voto-vencido.ghtml***

Para levar adiante reforma tributária, Lira inaugura formato na Câmara

Kelly Hekally - Especial para o Correio

O formato escolhido por Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, para levar à frente a **reforma tributária** do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é inédito na Casa. Alicerçado na Proposta de Emenda Constitucional 45/2019 (PEC 45/2019), o ineditismo ganha força pelo fato de o parecer da PEC ter encerrado a legislatura anterior sem aprovação durante os trabalhos da comissão especial.

Caso tivesse sido aprovada, se aplicaria, plenamente, o chamado princípio da continuidade, que prevê que projetos de qualquer natureza "andem para frente", dando assim celeridade processual aos trabalhos da Casa. O site da Câmara sobre tramitações mostra que não houve votação do relatório. Antes, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta fora aprovada.

Como o debate ainda está "em aberto", o correto seria compor uma nova comissão especial, abrindo também prazo de emendas para que parlamentares, sobretudo os novos, apresentassem sugestões à matéria. O atropelo confronta a possibilidade de contribuição de cada deputado nas tramitações. Com o atual cenário, a Câmara está burlando normas do Regimento Interno.

Uma possível solução para dirimir o conflito de processo seria, mesmo sem a criação de nova comissão especial, a apresentação de PECs, pelos parlamentares, com tema correlato, na Secretaria Geral da Mesa (SGM), com pelo menos 171 assinaturas de deputados. Com uma eventual aprovação do presidente da Casa, as PECs seriam "admitidas" e teriam que ser lidas pelo relator em plenário, como se fossem emendas.

"A proposta de emenda à Constituição será despachada pelo Presidente da Câmara à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco sessões, devolvendo-a à Mesa com o respectivo parecer", aponta trecho do regimento.

GT não existe no Regimento Interno

O relator, apesar da obrigatoriedade da leitura, tem a

prerrogativa de incorporar ou não as sugestões. Ao Correio, o relator do Grupo de Trabalho (GT) da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-AL), afirmou que vai apresentar, em plenário, um substitutivo, documento que consolida as sugestões aceitas. Ribeiro foi também relator na comissão especial.

Calendário

Ribeiro e Reginaldo Lopes (PP-MG), coordenador do GT, têm dito que o grupo foi criado para ampliar o debate e receber sugestões de setores produtivos, sociedade civil e demais parlamentares. De toda forma, a possibilidade de alteração do texto ficaria a cargo do relator. Regimentalmente, GTs não estão previstos no regimento, principal ferramenta para dinamizar as atividades legislativa e administrativas de órgãos da administração pública.

Como não estão no regimento, GTs não podem ser equiparados a comissões. A expectativa do governo é aprovar a reforma ainda neste semestre. O GT, sinalizou o relator na terça-feira (28/2), terá cronograma de 90 dias, prazo total dado por Lira. O grupo possui, no entanto, a liberdade de funcionar com a prorrogação de até o mesmo período, o que, se ocorrer, vai levar a discussão para o segundo semestre.

A previsão é de que o calendário de atividades seja apresentado nesta quarta-feira (1º/3). A tributária é um compromisso de campanha de Lula das Eleições 2022. Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, já se colocaram favoráveis à matéria, comprometendo-se com agilidade na discussão.

Notícias no seu celular

O formato de distribuição de notícias do Correio Braziliense pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a receber as notícias do Correio, clique no link abaixo e entre na comunidade:

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da

comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida.

Cobertura do Correio Braziliense

Quer ficar por dentro sobre as principais notícias do Brasil e do mundo? Siga o Correio Braziliense nas redes sociais. Estamos no Twitter , no Facebook , no Instagram , no TikTok e no YouTube . Acompanhe!

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/03/5077090-para-levar-adiante-reforma-tributaria-lira-inaugura-formato-na-camara.html>

Ministro defende reforma tributária e nova regra fiscal para viabilizar R\$ 100 bi de investimento

Por **Jéssica Sant Ana, g1 - Brasília**

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou nesta quarta-feira (1º) que o objetivo é que o governo invista R\$ 100 bilhões em infraestrutura entre este ano e 2026.

Para que isso seja possível, afirmou, será necessário que o Congresso aprove uma **reforma tributária** e também uma nova regra fiscal em substituição ao teto de gastos.

Este ano, não teremos outra PEC da Transição, teremos que aprovar novo arcabouço fiscal e **reforma tributária** para que país volte a crescer e termos mais recursos para voltar a investir e fortalecer a competitividade, afirmou.

Esses dois desafios são os desafios da política e do governo neste ano. E, com isso, vamos garantir capacidade de investimento em 2024, 2025 e 2026 igual a de 2023, o que, se ocorrer, investiremos R\$ 100 bilhões em quatro anos, completou.

Ele lembrou que o governo Bolsonaro investiu cerca de R\$ 20 bilhões em infraestrutura ao longo de quatro anos e atribuiu o baixo valor ao teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas do governo.

Quando assumimos, este ministério vinha do menor ciclo de investimentos, imposto pelo teto de gastos. Em 4 anos, o ministério da Infraestrutura investiu R\$ 20 bilhões de reais. Somente neste ano, vamos investir [o Ministério dos Transportes] R\$ 22 bilhões, mais R\$ 5 bilhões [do ministério de] Portos e Aeroportos, explicou.

O antigo Ministério da Infraestrutura foi desmembrado em dois no governo Lula: Transportes e Portos e Aeroportos.

O alto volume de investimento em infraestrutura neste ano foi garantido por causa da PEC da Transição, aprovada no fim do ano passado. Essa PEC permitiu que parte dos investimentos públicos fosse feita fora do teto de gastos, além de ampliar o próprio teto para

acomodar as promessas de campanha de Lula.

As declarações de Renan Filho foram dadas durante a cerimônia de posse do novo-diretor presidente da Infra S.A., Jorge Bastos.

A Infra S.A. é a estatal resultante da fusão da Valec com a EPL. Com isso, a nova empresa pública ficou responsável por obras ferroviárias e pelo planejamento e estruturação de projetos de infraestrutura de transportes.

Jorge Bastos foi diretor-presidente da EPL entre 2018 e 2019, além de diretor-geral e diretor da ANTT. É pós-graduado em gestão de projetos pelo Ibmec e em gestão de negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Também cursou planejamento, gestão e controle dos transportes terrestres pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes da Universidade de Brasília (UnB).

Em seu discurso de posse, Bastos disse que a missão da Infra S.A. será antever necessidades, planejar e viabilizar investimentos. Governo e iniciativa privada podem ser parceiros nessa empreitada para que país possa ter infraestrutura condizente com seu tamanho, defendeu.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/01/ministro-defende-reforma-tributaria-e-nova-regra-fiscal-para-viabilizar-r-100-bi-de-investimento.ghtml>

Deputados que estudam a reforma tributária devem fazer audiências nos estados para colher sugestões

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/01/RDIOCMARAFM969DF-08.22.47-08.24.59-1677674773.mp3>

Alexandre Garcia: Impostos são injustos quando mal cobrados e mal usados

Alexandre Garcia

Um ministro do governo Lula foi denunciado por asfaltar estrada no Maranhão, que dava acesso às suas propriedades, com dinheiro do orçamento da União. Nada aconteceu, porque fora em tempos de deputado federal, e não durante sua atuação como Ministro das Comunicações. Nossa hipocrisia vigente estabelece barreira de calendário para o caráter das pessoas. Pois agora o Estadão mostrou que o ministro Juscelino Filho pegou um jatinho da FAB, recebendo diárias, por nossa conta, e foi a São Paulo. Deu uma passadinha pela Claro, pela Telebras e pela Anatel, e foi a Boituva, para aplacar sua paixão pelos cavalos quarto-de-milha. Foi assistir ao Oscar da raça e, de quebra, à inauguração de uma praça com o nome de um cavalo de seu sócio. Tudo por conta dos **impostos** que você paga todos os meses. O mesmo Estadão acrescentou ontem que o ministro não declarou seus cavalos ao TSE, por estarem em nome de laranjas, e que seu único projeto como deputado no ano passado foi de criação do Dia do Cavalo.

Só para lembrar: uma nação se organiza como Estado, para que o Estado preste serviços públicos. É para prestar serviços que o Estado cobra **impostos**. Não se pagam **impostos** para sustentar o Estado, mas para que o Estado preste bons serviços de justiça, segurança, saúde, educação, infraestrutura. O que o ministro faz, e tantos outros, se chama de patrimonialismo. Julgam esses servidores do público que são donos do Estado. Não são. São empregados do Estado, vale dizer, são servidores do povo, origem do poder. São escolhidos pelo povo, através do voto, e sustentados pelo povo, através dos **impostos**. Não é o povo que é seu servo. São eles os servidores. Quando o povo não tem consciência disso, é enganado e o poder se inverte. Os que se adonam do Estado ficam poderosos e deixam o povo na servidão, para trabalhar, pagar **impostos** e continuar pedinte e dependente. Nada disso está relacionado com democracia.

Nesta quarta-feira, a gasolina e o álcool ficam mais caros. O governo alega que não pode deixar de cobrar quase R\$ 29 bilhões a mais de quem abastecer seus veículos neste ano. Ouvi gente na mídia afirmando que isso é só para quem tem poder aquisitivo de ter um carro. Qualquer criancinha sabe, no entanto, que o preço do combustível afeta toda a cadeia econômica.

Sequer dispensa de demonstração uma tal verdade evidente. Pagaremos R\$ 29 bilhões em Pis/Cofins, mais os acréscimos generalizados. Na visão comum do contribuinte, se imposto for para prestar bons serviços públicos, dá para aceitar. Mas se for para pagar diversões equestres de ministro, é injusto.

Os **impostos** são injustos quando mal cobrados e mal usados. O governo fala em conseguir do Congresso uma **reforma tributária** em seis meses. Certamente para aumentar a carga tributária, já que o orçamento deste ano está com déficit de R\$ 231 bilhões e engordou o Estado: agora são 37 ministérios. Todo mundo sabe que quanto mais pesada é a carga fiscal, maior é a sonegação e maior a vontade de produzir menos para pagar menos **impostos**. A cobrança de imposto é detestada já no Velho Testamento. A carga fiscal desestimula o empreendimento que gera emprego. E quando governos gastam consigo mesmos, são como os senhores feudais da Idade Média, que cobravam **impostos** para sustentar a corte. Contribuintes e cobradores de **impostos** precisam pensar nisso, ao avaliar uma **reforma tributária** e os gastos cavaleares.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5077005-alexandre-garcia-impostos-sao-injustos-quando-mal-cobrados-e-mal-usados.html>

CCiF defende IVA nacional e unificado, sem benefícios fiscais

Marta Watanabe De São Paulo

O Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) deve divulgar hoje o desenho que defende para a reforma da tributação sobre consumo. A entidade propõe a criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), no modelo de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional, reunindo **tributos** federais, estaduais e municipais. O IBS seria não cumulativo, cobrado no destino, com legislação e alíquotas uniformes, e não teria concessão de benefícios fiscais.

O desenho também inclui a criação do Imposto Seletivo (IS), que seria federal, cobrado sobre bens e serviços cujo consumo se busca desestimular por questões ambientais ou de saúde, como combustíveis fósseis, fumo e bebidas alcoólicas.

Pela proposta do CCiF, o IBS e o imposto seletivo devem substituir os atuais IPI, PIS, Cofins, Pasep e Cide-Combustíveis, recolhidos pela União, além do ICMS, estadual, e do ISS, municipal.

Nelson Machado, diretor do CCiF, defende que o modelo de IVA nacional e unificado é melhor opção do que a do IVA dual.

Um IVA nacional é o que está na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19. Já a PEC 110/19 propõe um modelo dual, com um IVA federal, de administração da União, e um IVA subnacional, com a junção de ICMS e ISS, a ser gerido por Estados e municípios.

A PEC 45/19 e a PEC 110/19 têm sido indicadas pelo secretário especial de **Reforma Tributária**, Bernard Appy, como os textos que podem servir de base para uma reforma sobre tributação no consumo a ser encaminhada pelo Congresso.

O texto original da PEC 45/19 foi elaborado pelo CCiF e Appy foi um de seus autores. Appy integrou a diretoria do CCiF por mais de sete anos, mas se desligou da entidade ao fim do ano passado, quando foi indicado para o cargo de secretário especial de **reforma tributária**.

Ao defender o IVA nacional e unificado, reforça Machado, o CCiF faz uma "opção clara" sobre um aspecto que o governo tem dito que deve ser definido

pelo Congresso.

Eurico Santi, também diretor do CCiF, diz que o IVA nacional tem "superioridade técnica" em relação ao IVA dual em critérios como simplicidade, transparência, neutralidade e isonomia. Para Santi, o IVA dual atende aos interesses políticos de autonomia da administração tributária federal, mas gera maior complexidade e insegurança jurídica aos contribuintes. "Ou seja, é bom para o fisco, mas é ruim para os contribuintes." O IBS, defende Machado, deve ter base ampla e ser cobrado sobre operações onerosas com bens materiais e imateriais, incluídos direitos e serviços, inclusive importações.

O tributo, diz, deve ser cobrado no destino. Na exportação, que seria desonerada do IBS, se garantiria imediata devolução de créditos do imposto.

A proposta, destaca Santi, garante não cumulatividade plena ao IBS. O imposto pago na aquisição de máquinas e investimentos produtivos, explica, vai gerar crédito integral. O crédito poderá ser abatido do IBS a vencer ou poderá ser devolvido à empresa. As empresas do Simples, diz ele, podem optar por aderir ao IBS ou se manter no regime simplificado de recolhimento de **tributos**.

A garantia de aproveitamento do crédito do imposto pago nos investimentos, diz Machado, tira pressão dos vários setores para ter regimes especiais, diz ele. O CCiF defende que o IBS tenha alíquota uniforme e que não sejam permitidos benefícios fiscais para o IBS. Os benefícios no âmbito do imposto, segundo a entidade, geram complexidade, contencioso, pressão de interesses setoriais sobre o sistema tributário e elevam a alíquota de referência do tributo.

Ainda pela proposta, deve ser criado um Conselho Federativo do IBS, órgão que seria responsável por arrecadar e coordenar a fiscalização do tributo. Para Machado, isso é fundamental para garantir a não cumulatividade. O conselho, diz, deve ser entidade pública de regime especial, com independência técnica, administrativa e orçamentária, com instância máxima composta por representantes de todos os entes, com votos distribuídos de forma paritária.

"A não cumulatividade não é garantida por texto normativo, e sim por desenho institucional", diz Santi.

Dentro desse desenho, o conselho, explica, deve arrecadar o IBS, reter os créditos relativos à não cumulatividade, efetuar as compensações devidas e distribuir a arrecadação entre os entes. Outro ponto importante no modelo, diz, é a vinculação do aproveitamento do crédito ao efetivo recolhimento do imposto. Isso, diz Machado, garante que existirão recursos para devolução de créditos, além de reduzir fraudes e estimular as empresas a cobrar conformidade tributária dos parceiros comerciais

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187480?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187480?page=1§ion=1)**

Agronegócio é contra fim de isenção a itens da cesta básica

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tomou posição contra o fim da isenção dos **impostos** sobre os produtos da cesta básica, previsto na proposta de **reforma tributária** do governo. Com o mecanismo que o governo Lula quer criar, o imposto seria devolvido para a população de baixa renda, como uma espécie de "cashback" para os mais pobres.

Na primeira reunião da frente com o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PPR), condenou o que chamou de "guerra de narrativas", de que a agricultura seria subtributada no Brasil.

A FPA apresentou oito pontos da proposta que o setor não aceita, entre os quais o fim da isenção dos produtos da cesta básica (mais informações nesta página). A devolução de **impostos** para os mais pobres estará na proposta de reforma, como já antecipou há três semanas o secretário extraordinário de **reforma tributária**, Bernard Appy.

"Representamos um terço do **PIB** nacional, 25% dos empregos, a maioria das exportações do País. É um setor que precisa ser ouvido, respeitado e, principalmente, precisa ter a oportunidade de apresentar as preocupações em relação a essa próxima **reforma tributária**", disse Lupion.

Segundo ele, a frente não é contra a reforma, mas disse que o setor não pode sair prejudicado.

"Não vivemos de subsídio, mas de produção agrícola", afirmou, destacando que é equívoco a ideia de que o agronegócio paga menos **impostos**.

O setor industrial contesta, e informa que, enquanto agronegócio recolheu 0,6% dos **tributos** federais, a indústria de transformação pagou 26,2% em 2021.

Com cerca de 300 parlamentares, a FPA é uma das mais poderosas bancadas do Congresso.

O agronegócio afirma que a oneração da cesta básica é prejudicial para todo o setor produtivo, e diz que haverá aumento de preços e **inflação**.

Divergências

Bancada rural se opõe a oito pontos da reforma

Abrangência do conceito de contribuinte

Hoje, os produtores rurais não são contribuintes diretos dos **tributos** a serem extintos com a reforma. O setor não quer que os produtores rurais integrem o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), a ser criado, sob a alegação de que o pequeno produtor não consegue emitir nota fiscal

Crédito presumido

O setor quer manter esse benefício tributário no IBS ao adquirente da produção agrícola. O argumento é de que mais de 5 milhões de famílias de pequenos e médios agricultores e pecuaristas terão de contratar contador para apurar o tributo

Não incidência tributária sobre insumos agropecuários

O setor defende tributação diferenciada para garantir competitividade, sob o argumento de que, num momento em que o Brasil caminha para assinar acordos de livre comércio, a oneração dos insumos agropecuários terá efeitos perversos

Oneração da cesta básica

O setor é contra a oneração da cesta básica. Também não acredita na eficácia do sistema de devolução do imposto para a população de baixa renda. O argumento é que haverá aumento de preços e **inflação**. E a devolução seria difícil de ser implementada em todo o País

Ressarcimento rápido e eficaz dos créditos

O setor quer garantir o ressarcimento rápido e eficiente dos créditos tributários. A devolução teria de ser feita num prazo fixo antes de qualquer divisão da arrecadação entre o governo federal e os regionais, e o prazo teria de ser definido na lei complementar Adequado tratamento ao cooperativismo

Para o setor, é importante que a reforma apresente normas explícitas sobre o sistema do cooperativismo com a não incidência de **tributos** sobre a cooperativa, mas sim sobre o cooperado Não incidência do imposto

seletivo sobre a cadeia produtiva de alimentos

O setor não quer que o imposto seletivo (conhecido como imposto do pecado) recaia sobre alimentos
Adequada tributação dos biocombustíveis

O setor diz que a tributação deve incentivar o uso de biocombustíveis com diferenciação da carga tributária entre o biocombustível e o combustível fóssil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>